



O autor se manifesta contra a privatização da saúde e a entrega de hospitais públicos à entidades privadas. Critica o PAB, absolutamente insuficiente para solucionar questões preventivas em nível municipal, e mostra que a saúde começa, no sistema neoliberal globalizado, a tornar-se pura mercadoria.

O PAS CORRIGIDO PARA PIOR

O Estado de S. Paulo ?
Artigo publicado em 02.99

Sempre aponte crítica e racionalmente, os graves defeitos do PAS. Corrigi-los era um imperativo, entretanto, manter um pedaço dele sem as mudanças necessárias e incorporar 70% do sistema municipal na anti-estrutura estadual de saúde, cujo principal objetivo é a privatização do setor, é sair do ruim, no caminho do pior. Esses fatos ficam parcialmente desnudados em reportagem publicada no Estadão no dia 28/02/99. Alguns comentários se fazem necessários.

Certas medidas corajosas certamente aprimorariam o PAS: acabar com as gerenciadoras que consomem inutilmente 6% dos recursos e são, na maioria, empreiteiras incompetentes para gerenciar saúde; retomar os mecanismos de controle financeiro do Estado para evitar a comprovada corrupção no processo de terceirização; terminar com o pagamento aos módulos, por “população potencialmente cadastrada”, que estimula às diretorias a fazer cada vez menos, para ganhar cada vez mais; delegar funções de forma supervisionada para ampliar e qualificar o atendimento. Ao lado disso, deveriam ser mantidas as suas características positivas, a universalidade e gratuidade

do atendimento, a regionalização dos módulos, a hierarquização de ações e os salários dignos, que, faziam o contraponto com o sistema estadual.

Infelizmente, os defeitos ficaram quase todos no PAS remanescente e, as qualidades foram embora, quando o incorporaram ao Sistema Estadual de Saúde, que não as tem, pois, ao invés de universalidade com gratuidade busca a privatização com doação dos hospitais públicos para entidades privadas, estímulo para atendimento de doentes privados nos Hospitais Universitários, colaboração com os planos de saúde, etc. A regionalização e hierarquização de ações praticada pela Secretaria Estadual são no mínimo Kafkianas, proíbe os hospitais públicos de realizar ações de atenção primária e obriga a população a buscar essas ações aonde elas não existem ou são precárias (os centros de saúde estão abandonados, sem médicos, remédios e desorganizados). Os casos mais complexos que, só podem ser atendidos nos Hospitais de Referência mediante o encaminhamento formal por parte da atenção primária, como ela praticamente não existe, não os envia. Organiza-se o fluxo de pacientes, mas, não os serviços! Cria-se dessa forma uma brutal demanda reprimida (danem-se os que não têm dinheiro para pagar e poder para reclamar), o Sistema de Saúde vira um pronto socorro caótico e surge paradoxalmente, um espaço artificial de ociosidade para os hospitais públicos de referência, que a Secretaria permite e induz que seja preenchido, com pacientes privados, o que consulta apenas o interesse daqueles que usam as próprios públicos como se fossem seus consultórios e os planos de saúde que passam a lucrar com a compra barata do saber acadêmico.

É justo perguntar como a Secretaria Estadual de Saúde encontrou tanto descompromisso social, para

implantar uma estrutura, ao mesmo tempo, perversa e desprovida de inteligência, onde saúde torna-se, cada vez mais, pura mercadoria. No próprio espaço público, compra assistência médica quem tem recursos e, de acordo com o dinheiro que paga, recebe melhor ou pior atendimento. Quem não tem (80% da população), fica com um atendimento básico da pior qualidade, recheado aqui, acolá com algumas pirotecnias, como campanha de Papanicolaou que foi novidade há 70 anos, mutirão para tirar pedras das vesículas e coisas que tal, que a imprensa se encarrega de iluminar encobrindo a realidade dramática e complexa que os “cidadãos” não conseguem compreender e verbalizar para defender seus direitos.

O significado dessa mudança de rumo do PAS não é apenas de um acerto político menor e conjuntural entre Prefeitura e Estado, trata-se também de mais um capítulo da submissão total, à uma política de saúde determinada pelo Banco Mundial (vide World Development Report, 1993), portanto, pelo poder econômico e propaganda, aqui recentemente, até pelo Diretor da Organização Pan-americana de Saúde, que também perdeu o pudor. Ela pressupõe privatização, com abertura de um enorme mercado para os planos de saúde privados, os quais estão sendo engolidos pelos bancos e seguros de saúde internacionais, em decorrência da regulamentação aprovada no Congresso, sob pressão conjunta e orquestrada do governo e das seguradoras. Trata-se de um espaço financeiro de 70 a 80 bilhões/ano, que compra os adeptos que deseja, onde e quando for necessário.

Para a população que não pode pagar (nem reclamar) ficam as ações básicas baratas e incompletas, é o PAB (Programa de Ações Básicas) já implantado: algumas vacinas (atrasadas, às vezes estragadas), alguns exames

de detecção (poucos) tudo para evitar que os pobres contaminem os ricos, parem de trabalhar mais cedo ou falem muito ao trabalho. O custo/benefício é “corretamente” medido. Bem dizia André Malraux, que o neoliberalismo conhece o preço de tudo mas, o valor, de nada.

As palavras são duras, não pela minha sinceridade em escrevê-las, mas, pela crueza e insensibilidade do que se está fazendo. É essa a saúde que se implanta em São Paulo, à qual adere agora a Prefeitura por ignorância, razões políticas menores e submissão à ordem de “globalizar” essa mesma submissão que levou o País à crise dramática que vivemos. Transforma-se esse direito sagrado, em pura mercadoria lucrativa, enquanto o papel dos Governos, Federal, Estadual e Municipal seria o de garantir e ampliar esse direito obedecendo a Constituição que está sendo rasgada. Vive-se um retrocesso prolongado do setor.